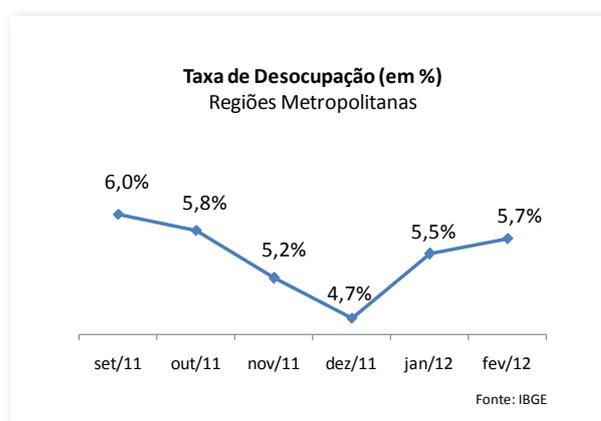
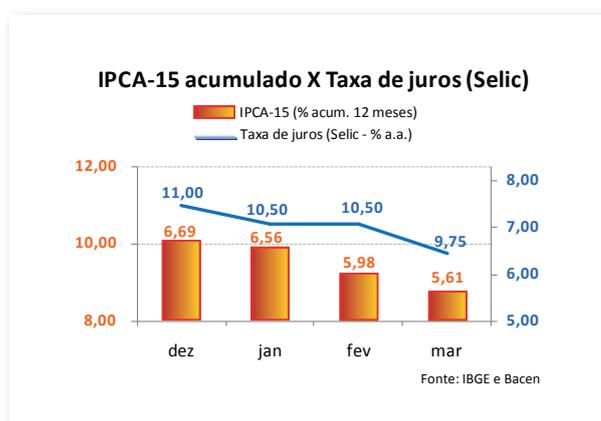


## Expectativas do Mercado

**N**os Estados Unidos, durante o mês de março, foram registrados novos dados que apontam para a continuidade da recuperação de sua economia. O menor nível de pedidos de auxílios de desemprego dos últimos quatro anos, por exemplo, evidencia que o mercado de trabalho continua sua trajetória de reativação. A atividade industrial manufatureira também seguiu registrando ligeira expansão.

Permanece, por sua vez, a perspectiva de que a recuperação da Região do Euro ainda vai demorar. A Alemanha, economia que é o carro-chefe da região e um dos poucos países que vinham apresentando um nível de atividade positivo, registrou desaceleração em março. E, no conjunto da região, o índice de desemprego divulgado em março, referente ao mês anterior, registrou o pior nível dos últimos 15 anos (taxa de 10,8% de desemprego). Espanha, Grécia e Itália estão entre os países com pior desempenho, com taxas de desemprego de, respectivamente, 23,6%, 21% e 9,3%.

No Brasil, a inflação medida pelo IPCA-15 registrou uma desaceleração em março, com a taxa acumulada de 12 meses caindo para 5,61% a.a. A taxa de juros SELIC foi reduzida para 9,75% ao ano. A taxa de desocupação nas principais regiões metropolitanas do País chegou a 5,7%, em fevereiro, nível inferior aos 6,4% registrados no mesmo mês do ano passado. De acordo com o IBGE, a produção industrial avançou 1,3% na passagem de janeiro para fevereiro, na série livre de influências sazonais.



A mediana das expectativas de mercado com relação à variação do PIB brasileiro foi ajustada para 3,20% em 2012. A expectativa do mercado para a inflação, medida pelo IPCA, deve ficar acima da meta anual de 4,5%, pelo menos, até 2016. Por sua vez, a expectativa para a taxa básica de juros (Selic) apresenta uma tendência à queda em 2012 e ajustes nos anos seguintes, com elevação em 2013 e reduções em 2014 e 2015.

### Quadro – Expectativas do mercado

	Unidade de medida	2012	2013	2014	2015	2016
PIB	% a.a. no ano	3,20	4,20	4,40	4,40	4,00
IPCA	% a.a. no ano	5,27	5,50	5,00	5,00	4,80
Taxa Selic	% a.a. em dez.	9,00	10,00	9,75	9,00	9,00
Taxa de câmbio	R\$/US\$ em dez.	1,77	1,80	1,80	1,85	1,86

Fonte: Banco Central, Boletim Focus, consulta em 03/04/2012

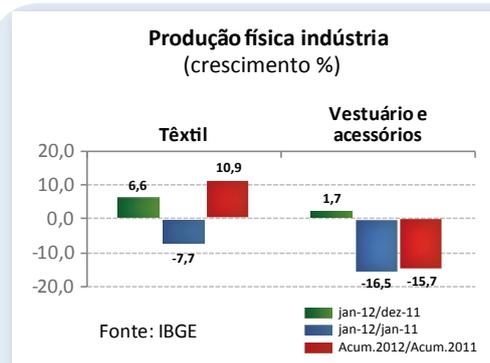
Esta publicação integra o rol de trabalhos elaborados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) da Unidade de Gestão Estratégica (UGE) do Sebrae NA e tem por objetivo contribuir com o planejamento e ações estratégicas do Sistema Sebrae. Neste número, inicialmente, é apresentado o desempenho recente da economia brasileira e as expectativas do mercado para os próximos anos. Na sequência, é exposta uma análise do desempenho recente de setores onde é forte a presença de Micro e Pequenas Empresas (indústrias da construção, têxtil e vestuário, calçados, móveis e Comércio Varejista). Em seguida, o artigo Sobrevivência de empresas – Mensuração faz uma abordagem das metodologias mais usadas na mensuração desse indicador. Finalmente, na última seção, são apresentados os dados mais recentes sobre as MPE na economia brasileira.

# Notícias Setoriais

## CONSTRUÇÃO

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou em março aumento de 0,37%, abaixo do verificado no mês anterior (0,42%). No ano, acumula alta de 1,46% e, nos últimos doze meses, de 7,85%, puxada pelo custo da mão de obra (+11,85%), enquanto os custos relativos a Materiais e Equipamentos subiram apenas 3,80% nesse último período. Estima-se que a Copa do Mundo deva gerar cerca 3,5 milhões de empregos na construção civil. Portanto, para este ano e os próximos, a perspectiva é positiva, tendo em vista ainda os investimentos do PAC, em particular do programa “Minha Casa, Minha Vida”, e as obras para atender às Olimpíadas.

Fonte: FGV



## TÊXTEL E VESTUÁRIO

A produção física da indústria Têxtil em janeiro deste ano elevou-se em 6,6% sobre a de dez/11 e acumulou alta de 10,9% nos 12 últimos meses terminados em jan./12. A produção de vestuário, por sua vez, cresceu 1,7% em jan./12 sobre dez./11, mas no comparativo com jan./11, verificou-se retração de 16,5%. No geral, percebe-se certa melhoria em relação ao mês anterior, embora as empresas continuem a enfrentar forte concorrência com os produtos importados, principalmente chineses. Essa situação, no entanto, tende a melhorar com a redução da alíquota do imposto sobre o faturamento das empresas, de 1,5% para 1,0%, para a maioria dos setores contemplados no Plano Brasil Maior, em que esse se inclui.

Fonte: IBGE

## CALÇADOS

A indústria de calçados e artigos de couro registrou queda de 3,2% na produção física em fevereiro de 2012 ante o mês anterior. Já a balança comercial de calçados fechou o 1º bimestre de 2012 com *superavit* de US\$ 101 milhões. O estado do Ceará foi o que exportou mais pares de calçados (11,8 milhões), enquanto o RS registrou maior faturamento (US\$ 72,9 milhões), embora tenha exportado pouco mais de 1/5 da quantidade exportada pelo estado do CE. Com as medidas complementares ao Plano Brasil Maior, anunciadas pelo governo, como a ampliação do prazo de 18 para 24 meses do BNDES – Revitaliza (com taxas de juros de 9,0% a.a.), por exemplo, as perspectivas são favoráveis.

Fontes: IBGE, Abicalçados e SECEX/MDIC

**Exportação brasileira de calçados – jan/fev 2012**

UF	US\$ (milhões)	Pares (milhões)	VM <sup>1</sup>
RS	72,9	2,8	26,00
CE	70,0	11,8	5,91
PB	18,8	5,4	3,49
SP	15,3	0,6	23,00
BA	10,4	0,7	14,51
MG	3,4	0,2	17,55
SE	3,4	0,3	12,84
PR	1,5	0,1	15,56
Outros	4,0	1,0	7,65

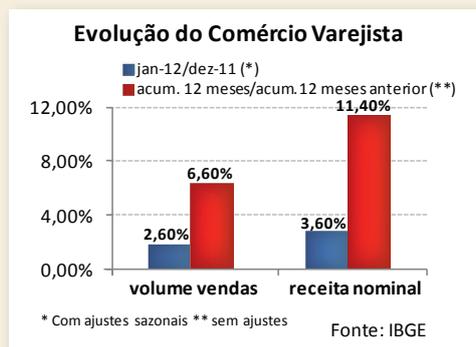
Um valor médio por par.

## MÓVEIS

A produção física de móveis caiu 2,3% em fevereiro deste ano em relação ao mês anterior. As exportações também apresentaram queda (de 18,3%), e as importações, alta de 3,8% no mesmo período comparativo, demonstrando que a indústria continua a perder mercado para os produtos importados. Entretanto, com a recente inclusão do setor no Plano Brasil Maior, que passará a pagar imposto de 1% sobre o faturamento ao invés de recolher a contribuição patronal do INSS, de 20%, sobre a folha de pagamento, a situação tende a melhorar para as empresas que atuam neste setor.

Fontes: IBGE e MDIC

## COMÉRCIO VAREJISTA



Em janeiro deste ano, o Comércio Varejista registrou crescimento de 2,6% no volume de vendas e de 3,6% na receita nominal sobre o mês anterior, com ajustes sazonais. No acumulado dos últimos 12 meses, a elevação no volume de vendas foi de 6,6% e, na receita nominal, de 11,4%, sem ajustes. A alta de janeiro foi puxada, principalmente, pelas atividades de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (7,4%) e tecidos, vestuário e calçados (5,2%). Já as atividades “equipamentos e material para escritório, informática e comunicação” e “veículos e motos, partes e peças” apresentaram retrações respectivas de 2,3% e 2,9%. Neste ano, as vendas do Comércio Varejista devem crescer menos em relação a 2011, devido à perspectiva de aumento menor da massa salarial.

Fonte: IBGE

# Artigo do Mês

Por Marco Aurélio Bedê <sup>1</sup>

## Sobrevivência de empresas: mensuração

Os estudos sobre a sobrevivência de empresas se assemelham muito aos estudos de demografia, ou seja, aos estudos da dinâmica populacional humana.

No âmbito da análise demográfica, as variáveis principais são a “natalidade”, “mortalidade”, “migrações” e “envelhecimento”. De forma análoga, nos estudos de sobrevivência de empresas, destacam-se: a criação, o tempo em que o negócio permanece em atividade e o seu fechamento.

No entanto, as diferenças começam quando é preciso operacionalizar essas pesquisas. É razoável aceitar que o nascimento do ser humano ocorre a partir do momento em que a mãe dá a luz ao filho. Em geral, este momento é registrado com precisão nas certidões de nascimento. Da mesma forma, a morte de uma pessoa pode ser verificada na sua certidão de óbito. Estas certidões registram não só o dia e a hora, como também, no caso do óbito, a *causa mortis*. No caso das empresas, isso não é tão simples!

O momento em que uma empresa “nasce” ou “morre” é bem mais difícil de ser caracterizado. E este é um aspecto que ajuda a explicar porque distintos estudos sobre sobrevivência de empresas podem chegar a resultados diferentes.

Existem basicamente dois tipos de metodologias para o cálculo da taxa de sobrevivência de empresas: i) a que utiliza a pesquisa de campo para verificar *in loco* se as empresas registradas formalmente em determinado período continuam em atividade, naquele momento; e, ii) a que utiliza o processamento e a análise de banco de dados oficiais para identificar a situação das empresas, em dois momentos distintos.

No primeiro caso, é comum utilizar a data do registro de uma empresa na Junta Comercial como o “registro” de criação do negócio. E a busca da empresa por meio da pesquisa de campo fornece a informação sobre se o negócio continua em atividade, e que motivo levou ao fechamento.

No segundo caso, a data de emissão do CNPJ na Receita Federal pode ser considerada o momento da criação do negócio. E a permanência da empresa no mesmo cadastro na condição de “ativa” e a apresentação anual da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (DIRPJ) podem ser utilizadas como evidências de que o negócio está em atividade.

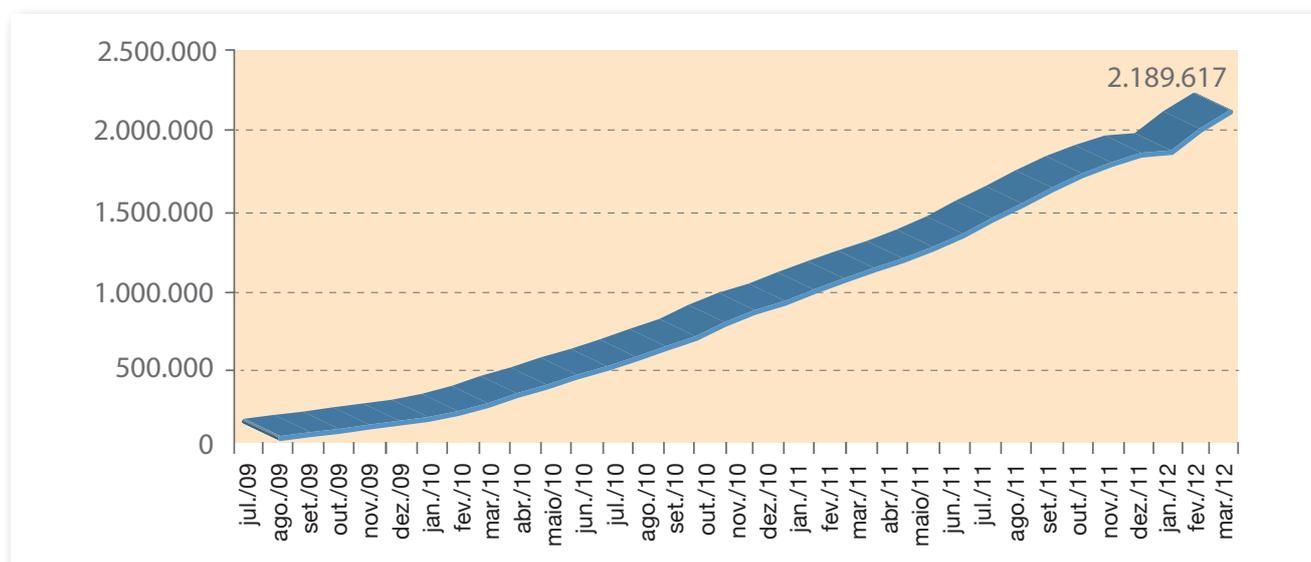
As diferenças nos resultados dos estudos de sobrevivência de empresas surgem porque, por exemplo, existem empresas que obtêm seu registro na Junta Comercial, mas não conseguem obter o CNPJ na Receita Federal, devido a pendências dos sócios-proprietários na Receita. Ou quando a empresa desativa suas operações, mas continua a apresentar suas obrigações legais tais como entrega anual da DIRPJ.

Isso faz com que ambos os tipos de metodologia devam ser considerados válidos. Deve-se, inclusive, incentivar o uso complementar dessas metodologias, visando a aproveitar as virtudes de cada uma. No caso do uso das bases de dados oficiais, a maior virtude é o custo relativamente baixo do trabalho e a possibilidade de cálculo de taxas de sobrevivência de empresas para inúmeras aberturas regionais, tais como: país, grandes regiões do país e estados e suas sub-regiões. No caso do uso das pesquisas de campo, sua grande virtude é permitir a identificação das principais causas do fechamento dos negócios. Vê-se, portanto, que ambos os tipos de trabalhos merecem conviver, lado a lado, para que possamos compreender melhor o fenômeno da “natalidade” e da “mortalidade” das empresas.

<sup>1</sup> Economista da UGE, fez mestrado e doutorado na FEA/USP

# Estatísticas sobre as MPE

Número acumulado de EI formalizados até 31 de março de 2012



## Dados básicos sobre Micro e Pequenas Empresas (MPE) no Brasil

Participação das MPE na economia (em %)	Ano do dado	Brasil	Fonte
No PIB (%)	1985	20%	Sebrae NA
No faturamento das empresas (%)	1994	28%	Sebrae NA
No número de empresas exportadoras (%)	2010	61%	Funcex
No valor das exportações brasileiras (%)	2010	1%	Funcex
Na massa de salários das empresas (%)	2010	40%	RAIS
No total de empregados com carteira das empresas (%)	2010	52%	RAIS
No total de pessoas ocupadas em atividades privadas (%) <sup>1</sup>	1999	67%	Sebrae SP
No total de empresas privadas existentes no País (%)	2010	99%	RAIS

Nota: (1) Pessoas Ocupadas = (Empregador + Conta-Própria + Empregado com carteira + Empregado sem carteira), apenas para o estado de São Paulo

Informações sobre MPE	Ano do dado	Brasil	Fonte
<b>Quantitativo de MPE</b>			
Número de Micro e Pequenas Empresas registradas na RAIS	2010	6.120.927	RAIS
Número de optantes do Simples Nacional (em 31/03/2012)	2012	6.231.197	SRF
Número de empreendedores individuais (em 31/03/2012)	2012	2.189.617	MDIC
Número de estabelecimentos agropecuários (MPE)	2006	4.367.902	IBGE
<b>Mercado de trabalho</b>			
Número de empregadores no Brasil	2009	3.991.512	IBGE
Número de conta-própria no Brasil	2009	18.978.498	IBGE
Número de empregados c/ carteira assinada em MPE	2010	14.710.631	RAIS
Rendimento médio mensal dos empregadores no Brasil (em SM)	2009	6,7 SM	IBGE
Rendimento médio mensal dos conta-própria no Brasil (em SM)	2009	1,8 SM	IBGE
Rendimento médio mensal dos empregados c/ carteira no Brasil (em SM)	2009	2,1 SM	IBGE
Rendimento médio mensal dos empregados c/ carteira nas MPE (em R\$)	2010	R\$ 1.099	RAIS
Massa de salários paga por MPE (em R\$ bilhões)	2010	R\$ 16,1	RAIS
<b>Comércio exterior</b>			
Número de MPE exportadoras	2010	11.858	Funcex
Valor total das exportações de MPE (US\$ bilhões FOB)	2010	US\$ 2,0 bi	Funcex
Valor médio exportado por MPE (US\$ mil FOB)	2010	US\$ 170,9 mil	Funcex

Fonte: Elaboração UGE/Sebrae NA (atualizado em 02/04/2012)